

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Sant'ana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 32.680.583/0001-35

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Sant'ana Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas:	
Balanço patrimonial.....	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Sant'ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Sant'ana" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações contábeis regulatórias acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia

A Sant'ana é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos. A SAT atua no segmento de transmissão de energia elétrica, na região sul.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Companhia detém a concessão de linhas de transmissão da Rede Básica que compreenderá a construção de 02 subestações novas e adequações em outras 04 subestações já existentes, todas na tensão de 230 kV. Adicionalmente, serão construídos aproximadamente 587 km de linhas de transmissão igualmente em 230 kV e 2 entradas de linha entre as subestações de Maçambará 3 e Santo Ângelo em circuito duplo. A SAT receberá RAP-Receita Anual Permitida reajustada pelo IPCA e correção a partir de julho de cada ano. O contrato de concessão foi assinado com a ANEEL em 22 de março de 2019.

Até 31 de dezembro de 2020 a Companhia concentrou esforços na elaboração dos projetos básico e executivo, licenciamento ambiental, regularização fundiária dos 587 km de extensão das linhas de transmissão, conforme quadro a seguir:

Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Livramento 3 - Alegrete 2	Simples	230	125	-	Mar/23	Mar/2049
Livramento 3 - Cerro Chato	Simples	230	10	-	Mar/23	Mar/2049
Livramento 3 - Santa Maria 3	Simples	230	247	-	Mar/23	Mar/2049
Livramento 3 - Maçambará 3	Simples	230	205	-	Mar/23	Mar/2049
Seccionamentos	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Maçambará 3-Santo Ângelo	Duplo	230	4	-	Mar/23	Mar/2049
Maçambará 3-Santo Ângelo	Duplo	230	4	-	Mar/23	Mar/2049

Projetos de Linhas – Evolução Física e Investimentos – R\$ mil				
Linhas de transmissão e subestações	Evolução Física até 31/12/2020	Investimento realizado até 31/12/2020	Evolução Física até 31/12/2019	Investimento realizado até 31/12/2019
Linhas de transmissão				
Livramento 3 - Alegrete 2	44,77%	25.176	6,66%	4.034
Livramento 3 - Cerro Chato	36,19%	4.045	6,98%	2.410
Livramento 3 - Santa Maria 3	29,08%	35.133	6,40%	5.909
Livramento 3 - Maçambará 3	44,57%	45.657	6,52%	6.653
Seccionamentos				
Maçambará 3-Santo Ângelo C1	33,15%	394	4,64%	234
Maçambará 3-Santo Ângelo C2	33,74%	358	4,76%	240
Subestações a serem construídas				
SE Livramento 3, com compensação síncrona	49,64%	53.338	0,66%	8.275
SE Maçambará 3	34,70%	14.127	0,97%	3.141
Subestações a serem adequadas				
SE Alegrete 2	28,30%	1.323	0,18%	430

Projetos de Linhas – Evolução Física e Investimentos – R\$ mil				
Linhas de transmissão e subestações	Evolução Física até 31/12/2020	Investimento realizado até 31/12/2020	Evolução Física até 31/12/2019	Investimento realizado até 31/12/2019
SE Cerro Chato	16,58%	1.425	0,22%	405
SE Livramento 2	7,19%	26	-	1
SE Santa Maria 3	17,14%	2.455	0,20%	675

RAP Esperada – em moeda constante de 31/12/2020							
Linha de Transmissão	2019	2020	2021 (*)	2022	2023	2024	2025
SAN	-	-	21.477	64.430	64.430	64.430	64.430

(*) Previsão com base na antecipação da entrada em operação para o exercício de 2021.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da Sant'ana e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2020.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo valor de R\$34 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Sant'ana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sant'ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 11 de janeiro de 2019 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da A Sant'ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Sant'ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 29 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Equivalentes de caixa	4	13.881	15
Títulos e valores mobiliários	5	-	9.181
Impostos e contribuições sociais	6	63	32
Outras contas a receber		278	-
Total dos ativos circulantes		<u>14.222</u>	<u>9.228</u>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Depósitos judiciais	12	5.013	-
Imobilizado	8	166.627	31.284
Intangível	8	16.800	1.123
Total dos ativos não circulantes		<u>188.440</u>	<u>32.407</u>
Total dos ativos		<u><u>202.662</u></u>	<u><u>41.635</u></u>
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores	7	6.160	355
Impostos e contribuições sociais	6	1.229	29
Dividendos a pagar	10	932	49
Outras contas a pagar	9	633	49
Total dos passivos circulantes		<u>8.954</u>	<u>482</u>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Provisões para contingências	12	5.013	-
Total dos passivos não circulantes		<u>5.013</u>	<u>-</u>
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		190.301	41.101
Reserva de lucros		3.201	159
(Prejuízos) acumulados		(4.807)	(107)
Total do patrimônio líquido	11	<u>188.695</u>	<u>41.153</u>
Total dos passivos e do patrimônio líquido		<u><u>202.662</u></u>	<u><u>41.635</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal		(770)	(105)
Outros custos operacionais	16	(770)	(105)
Serviços de terceiros		(204)	(31)
Outras despesas operacionais líquidas		(6)	(2)
Despesas operacionais	16	(210)	(33)
Resultado da atividade		(980)	(138)
Receitas financeiras		546	358
Despesas financeiras		(179)	(9)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	17	367	349
Resultado antes dos impostos e contribuições		(613)	211
Imposto de renda e contribuição social (Prejuízo) Lucro líquido do exercício	13	(162)	(110)
		<u>(775)</u>	<u>101</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	<u>(775)</u>	<u>101</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(775)</u></u>	<u><u>101</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reserva de lucros			Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial	
Integralização de Capital - Assembleia Geral de Constituição de 11/01/2019		41.101	-	-	41.101
Resultado Líquido do período		-	-	-	101
Destinações societárias do período:					
Reserva legal		-	10	-	(10)
Reserva especial		-	-	149	(149)
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(49)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11	41.101	10	149	(107)
Aumento de capital		149.200	-	-	-
Retificação da destinação do resultado de 2019		-	-	49	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(775)
Destinação do Lucro do exercício (societário):					
Reserva legal		-	196	-	(196)
Reserva especial		-	-	2.797	(2.797)
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(932)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11	190.301	206	2.995	(4.807)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Expli- cativa	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(775)	101
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Receita de aplicação financeira	17	(546)	(358)
Imposto de renda e contribuição social	13	162	110
Variações nos ativos e passivos:			
Redução (aumento) nos impostos e contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		1.087	(63)
(Aumento) no saldo de outros créditos		(277)	-
Aumento nos fornecedores		5.804	355
Aumento nas outras contas a pagar		584	49
Caixa gerado nas atividades operacionais		6.039	194
Imposto de renda e contribuição social pagos		(80)	(50)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		5.959	144
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições no imobilizado e intangível	8	(151.020)	(32.408)
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		9.727	(8.822)
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades de investimentos		(141.293)	(41.230)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento e integralização de capital	11	149.200	41.101
Caixa líquido (gerado) nas atividades de financiamento		149.200	41.101
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		13.866	15
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	15	-
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	13.881	15
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		13.866	15

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Sant'ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Sant'ana" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 11 de janeiro de 2019, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica proveniente do Leilão ANEEL nº 004/2018 é constituído pelas instalações de transmissão no estado do Rio Grande do Sul as quais são compostas por 587 KM de linhas de transmissão, a saber: Livramento 3 – Alegrete 2, Livramento 3 – Cerro Chato, Livramento 3 – Santa Maria 3, Livramento 3 – Maçambará 3; e por 2 subestações: Maçambará 3 e Livramento 3 (com compensação síncrona). Adicionalmente, também fará parte do escopo do empreendimento os seccionamentos C1/C2 compreendidos entre a linha de transmissão Maçambará – Santo Ângelo e a subestação Maçambará 3, bem como as adequações nos módulos de conexão da subestação Cerro Chato.

Em 22 de março de 2019, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 12/2019 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos, cuja previsão para início das operações é março de 2023.

A Companhia é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos. A Companhia está em fase pré-operacional, portanto a Taesa, no papel de controladora, garante suporte financeiro necessário para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2021.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 21.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas no período apresentado.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.4. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

3.6. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	107	15
Aplicações financeiras	13.774	-
	<u>13.881</u>	<u>15</u>

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
CDB e Operações Compromissadas	96,08% do CDI	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Fundo de investimentos</u>		
“Pampulha” (i) – Ativo circulante	-	9.181
Ativo circulante	-	9.181
<u>Taxa de rentabilidade acumulada - FIC de FI Pampulha</u>	-	103,8% CDI

(i) Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - Fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativo Circulante</u>		
IRRF sobre aplicações financeiras	63	32
Ativo Circulante	63	32
<u>Passivo Circulante</u>		
IRPJ e CSLL	6	11
INSS e FGTS	371	13
ISS	680	-
ICMS	31	-
IRRF empregados e PJ	114	4
Outros impostos e contribuições	27	1
Passivo Circulante	1.229	29

7. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Passivo Circulante</u>		
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão	6.055	-
Servidão (i)	9	326
Outros	96	29
Passivo Circulante	6.160	355

(i) Referem-se às indenizações aos proprietários de imóveis para viabilizar a construção das instalações de transmissão da Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Valor Bruto em 2019	Adições	Valor Bruto em 2020	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
<i>Ativo Imobilizado em Curso</i>					
<u>Transmissão</u>					
Terrenos	163	-	163	163	163
Edificação	65	29.418	29.483	29.483	65
Máquinas e equipamentos	949	104.357	105.306	105.306	949
Adiantamento a Fornecedores (*)	30.107	1.568	31.675	31.675	30.107
Total do Ativo Imobilizado	31.284	135.343	166.627	166.627	31.284

(*) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

Intangível	Valor Bruto em 2019	Adições	Valor Bruto em 2020	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
<i>Ativo Intangível em Curso</i>					
Intangíveis em curso	1.123	15.677	16.800	16.800	1.123
Total do Ativo Intangível	1.123	15.677	16.800	16.800	1.123

	Taxas anuais médias de depreciação	2020			2019
		Valor Bruto	Deprec. e amortiz. acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<i>Em curso</i>					
Transmissão - Custo histórico	-	183.427	-	183.427	32.407
Total do imobilizado e intangível		183.427	-	183.427	32.407

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Composição das adições por tipo de gasto capitalizado	Material / equipamentos	outros	Total
<i>Em Curso</i>			
Edificação	29.418	-	29.418
Máquinas e equipamentos	104.357	-	104.357
Adiantamentos a fornecedores (*)	1.568	-	1.568
Intangíveis em curso	15.677	-	15.677
Total do imobilizado e intangível em curso	151.020	-	151.020

(*) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante		
Folha de pagamento	629	43
Partes relacionadas (vide nota explicativa nº 10)	4	2
Outros	-	4
	633	49

10. PARTES RELACIONADAS

I - Outras contas a pagar - OCP

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações com a Controladora					
OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo e entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Contratos e outras transações	Passivo		Despesas	
	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
Reembolso de despesas Sant'Ana x Taesa	4	2	-	-
	4	2	-	-

II – Dividendos a pagar

	31/12/2019 (*)	Retificação da destinação do resultado de 2019	Adição	31/12/2020
Dividendos a pagar - Taesa	49	(49)	932	932

(*) A AGO de 30 de abril de 2020 retificou a proposta de destinação do resultado do exercício. Com essa decisão, os dividendos obrigatórios propostos com base no estatuto, foram reclassificados para a Reserva especial (reserva de lucro).

III - Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2020 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2020, o capital social totalmente integralizado era de R\$190.301, representado por 190.301.000 (cento e noventa milhões trezentas e uma mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2019 o capital era de R\$41.101, representado por 41.101.000 (quarenta e um milhões e cento e um mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Data	Evento	Capital integralizado em 2020
06/01/2020	Aumento de capital	23.000
16/03/2020	Aumento de capital	1.000
22/05/2020	Aumento de capital	5.300
16/06/2020	Aumento de capital	12.700
22/07/2020	Aumento de capital	31.700
11/09/2020	Aumento de capital	7.000
15/10/2020	Aumento de capital	31.000
11/12/2020	Aumento de capital	37.500
		149.200

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva especial - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da nº Lei 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro do exercício - Societário

	31/12/2020	31/12/2019 (*)
Lucro líquido do exercício	3.925	208
Reserva legal	(196)	(10)
Reserva especial	(2.797)	(149)
Dividendos obrigatórios	(932)	(49)

(*) Como a Companhia está em fase de construção, a AGO de 30 de abril de 2020 retificou a proposta de destinação do resultado do exercício. Com essa decisão, os dividendos obrigatórios propostos com base no estatuto, foram reclassificados para a Reserva especial (reserva de lucro).

12. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários e cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes a faixa de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

	31/12/2019	Adição	31/12/2020
Cíveis	-	5.013	5.013

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a companhia não tinha nenhum passivo contingente.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Reconciliação da taxa efetiva	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	166.956	166.956	34.860	34.860

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reconciliação da taxa efetiva	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Diferença entre regime de caixa e competência	(166.956)	(166.956)	(34.860)	(34.860)
Percentual	8%	12%	8%	12%
Demais receitas:				
Rendas de aplicação financeira	546	546	358	358
Base de cálculo	546	546	358	358
Imposto de renda - 15%	(82)	-	(54)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(31)	-	(23)	-
Contribuição social - 9%	-	(49)	-	(33)
Total de despesa	(113)	(49)	(77)	(33)
Total de IRPJ e CSLL		(162)		(110)

14. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia contratou seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Leilão	Seguradora	Vigência	Valor Segurado
004/2018	Fator Seguradora S/A	02/03/2019 a 17/12/2023	30.518

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

15.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

15.3 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativos financeiros</u>		
Valor justo através do resultado:		
- aplicações financeiras de curto prazo e títulos e valores mobiliários	13.774	9.181
Custo amortizado:		
- Bancos	107	15
	13.881	9.196
<u>Passivos financeiros</u>		
- Fornecedores	6.160	355

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.4. Risco de mercado

15.4.1 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2020	Cenário provável em 31/12/2021
CDI (a)	2,75%	5,25%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), 16 de abril de 2021 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020	Efeito Provável no LAIR - 2021 - (redução)
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	13.774	344

15.5 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito do saldo mantido em equivalentes de caixa é limitado considerando que as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

15.6 Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, a atrasos na execução da obra e a potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

15.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
<u>Ativos financeiros</u> – Aplicações financeiras de curto prazo e Títulos e valores mobiliários	4 e 5	13.774	9.181	Nível 2

16. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2020	2019
-Remuneração direta	(54)	(51)
-Benefícios	(699)	(34)
-FGTS e INSS	(17)	(20)
Pessoal	(770)	(105)
Serviços de terceiros	(204)	(31)
Outras despesas operacionais	(6)	(2)
Total custos e despesas	(980)	(138)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Despesas com serviços de terceiros: Referem-se basicamente as despesas com auditorias, consultorias, serviços gráficos, telefonia, cartório e publicidade.

Outras despesas operacionais: Referem-se basicamente as despesas com impostos, taxas e contribuições.

17. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2020	2019
Rendimentos de aplicação financeira	546	358
Receitas financeiras	546	358
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(179)	(9)
Despesas financeiras	(179)	(9)
	367	349

18. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia possui diversos contratos vigentes para fornecimento de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo as licenças ambientais concedidas à Companhia:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Trecho	Licença de Instalação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor
LT 230kV Livramento 3 / Santa Maria 3	00417/2020	11/11/2020	11/11/2025	FEPAM
LT 230kV Livramento 3 / Alegrete 2	00140/2020	08/04/2020	08/04/2025	FEPAM
SE Maçambará 3	147/2019	17/10/2019	18/10/2024	FEPAM
SE Livramento 3	152/2019	18/10/2019	21/10/2024	FEPAM

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- o Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- o Suspensão de viagens e reuniões presenciais;
- o Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- o Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- o Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- o Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

20. EVENTO SUBSEQUENTES

Retificação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2020 – A AGO de 30 de abril de 2021 retificou o valor destinado a título de dividendos obrigatórios da proposta de destinação do Lucro Líquido de 2020, descrita na nota explicativa nº 11 – Patrimônio Líquido. A retificação se justifica, principalmente, pela fase de construção da Companhia. O valor originalmente proposto como dividendos obrigatórios, foi destinado para a rubrica Reserva especial, no patrimônio líquido.

Alteração da Diretoria – Em 23 de março de 2021 a AGE da Companhia elegeu o Sr. André Augusto Telles Moreira como Diretor Presidente, Sr. Erik da Costa Breyer como Diretor Financeiro, Sr. Marco Antônio Resende Faria como Diretor Técnico e Diretor Jurídico e Regulatório, Sr. Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Sr. Luis Alessandro Alves como Diretor de Implantação.

Aumento de capital - Os aumentos de capital realizados até a data de aprovação desta demonstração financeira elevou o capital subscrito dos atuais R\$190.301 para R\$355.301.

Data	Evento	Capital integralizado em 2021
11/01/2021	Aumento de capital	90.000
18/01/2021	Aumento de capital	75.000
		165.000

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, dado o não pronunciamento da ANEEL em relação a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias. Adicionalmente, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
<i>Ativos Circulantes</i>							
Equivalentes de caixa		13.881	-	13.881	15	-	15
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	9.181	-	9.181
Impostos e contribuições sociais		63	-	63	32	-	32
Outras contas a receber		278	-	278	-	-	-
Total dos Ativos Circulantes		14.222	-	14.222	9.228	-	9.228
<i>Ativos Não Circulantes</i>							
Depósitos judiciais		5.013	-	5.013	-	-	-
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	201.816	201.816	-	34.860	34.860
Imobilizado	(iv)	166.627	(166.627)	-	31.284	(31.284)	-
Intangível	(iv)	16.800	(16.800)	-	1.123	(1.123)	-
Total dos Ativos Não Circulantes		188.440	18.389	206.829	32.407	2.453	34.860
Total dos Ativos		202.662	18.389	221.051	41.635	2.453	44.088
Passivos							
<i>Passivos Circulantes</i>							
Fornecedores		6.160	-	6.160	355	-	355
Impostos e contribuições sociais		1.229	-	1.229	29	-	29
Dividendos a pagar		932	-	932	49	-	49
Outras contas a pagar		633	-	633	49	-	49
Total dos Passivos Circulantes		8.954	-	8.954	482	-	482
<i>Passivos Não Circulantes</i>							
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	-	6.216	6.216	-	1.074	1.074
Provisões para contingências		5.013	-	5.013	-	-	-
Tributos diferidos	(iii)	-	7.366	7.366	-	1.272	1.272
Total dos Passivos Não Circulantes		5.013	13.582	18.595	-	2.346	2.346
Total dos Passivos		13.967	13.582	27.549	482	2.346	2.828
<i>Patrimônio Líquido</i>							
Capital social		190.301	-	190.301	41.101	-	41.101
Reserva de lucros		3.201	-	3.201	159	-	159
Prejuízos acumulados		(4.807)	4.807	-	(107)	107	-
Total do Patrimônio Líquido	(v)	188.695	4.807	193.502	41.153	107	41.260
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		202.662	18.389	221.051	41.635	2.453	44.088

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota Expli- cativa	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		-	160.863	160.863	-	33.588	33.588
Receita operacional líquida	(vi)	-	160.863	160.863	-	33.588	33.588
Pessoal		(770)	-	(770)	(105)	-	(105)
Material		-	(151.021)	(151.021)	-	(32.407)	(32.407)
Custos operacionais	(vii)	(770)	(151.021)	(151.791)	(105)	(32.407)	(32.512)
(Prejuízo) Lucro Bruto		(770)	9.842	9.072	(105)	1.181	1.076
Serviços de terceiros		(204)	-	(204)	(31)	-	(31)
Outras despesas operacionais		(6)	-	(6)	(2)	-	(2)
Despesas operacionais		(210)	-	(210)	(33)	-	(33)
(Prejuízo) Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e contribuições		(980)	9.842	8.862	(138)	1.181	1.043
Receitas financeiras		546	-	546	358	-	358
Despesas financeiras		(179)	-	(179)	(9)	-	(9)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		367	-	367	349	-	349
Resultado antes dos impostos e das contribuições		(613)	9.842	9.229	211	1.181	1.392
Imposto de renda e contribuição social correntes		(162)	-	(162)	(110)	-	(110)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(5.142)	(5.142)	-	(1.074)	(1.074)
Imposto de renda e contribuição social (Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(ii) (viii)	(162) (775)	(5.142) 4.700	(5.304) 3.925	(110) 101	(1.074) 107	(1.184) 208

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. A receita da Companhia é classificada no seguinte grupo:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47;
- (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	2020	2019
Patrimônio líquido societário	193.502	41.260
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(201.816)	(34.860)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	183.427	32.407
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	6.216	1.074
Tributos diferidos – PIS e COFINS (CPC 47)	7.366	1.272
Patrimônio líquido regulatório	188.695	41.153

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(vi) Receita operacional líquida

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no período referente às receitas de receita de construção e remuneração do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(vii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável.

(viii) Lucro (Prejuízo) do exercício

Conciliação do Lucro (Prejuízo) societário e regulatório	2020	2019
Lucro líquido societário	3.925	208
Receita operacional líquida (CPC 47)	(160.863)	(33.588)
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	151.021	32.407
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	5.142	1.074
(Prejuízo) Lucro líquido regulatório	(775)	101

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

* * * * *

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49